

SUMÁRIO

FLUXO DE CAIXA DE UMA PEQUENA EMPRESA NO RAMO DE COMÉRCIO VAREJISTA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS Iani Francieli Camargos Ferreira & Fabiana Kely dos Santos Reis & Francisco Eudes Gomes de Lima & Diego Campos Pereira	2
A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE CONTAS CONTÁBEIS EM UMA EMPRESA DO RAMO COMERCIAL NA CIDADE DE JACIARA – MT Marques Semeão de Oliveira & Luciana Aparecida Augusta de Oliveira & Alexandre Mezari & Francisco Eudes Gomes de Lima	18
ANÁLISE DAS ESPECIFICIDADES CONTÁBEIS NAS IGREJAS Aline Luzia Felix & Luciana Aparecida Augusta de Oliveira & Alexandre Mezari & Francisco Eudes Gomes de Lima	32

FLUXO DE CAIXA DE UMA PEQUENA EMPRESA NO RAMO DE COMÉRCIO VAREJISTA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS

Iani Francieli Camargos Ferreira¹

Fabiana Kely dos Santos Reis²

Francisco Eudes Gomes de Lima²

Diego Campos Pereira²

¹ Discente em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas ao Vale de São Lourenço – EDUVALE.

² Docente em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas ao Vale de São Lourenço – EDUVALE.

Email do autor correspondente: ianecamargo33@gmail.com.

RESUMO

As pequenas empresas são extremamente importantes para a economia do país, entretanto, também é alto o número de pequenos estabelecimentos que não conseguem se manter no mercado, o que ficou evidenciado durante a pandemia de Covid-19, quando milhares de pequenos estabelecimentos tiveram que encerrar suas atividades. Este estudo teve como objetivo discutir os benefícios da Demonstração de Fluxo de Caixa para as pequenas empresas. A pesquisa apresentou a Demonstração de Fluxo de Caixa de uma empresa do ramo de comércio varejista de instrumentos musicais, no período de julho, agosto e setembro de 2021. Verificou-se que os saldos apresentados no caixa da empresa foram bastante baixos, fato que está relacionado ao período vivenciado e o ramo de atuação da empresa, já que durante a pandemia, shows e eventos do tipo foram totalmente proibidos, o que refletiu diretamente na demanda da empresa. Ao final do estudo concluiu-se que frente ao momento de crise, a gestão financeira torna-se ainda mais essencial para as empresas, pois exige um alto nível de controle sobre as finanças, visto que os eventos decorrentes da pandemia trouxeram diversas implicações, como a redução no movimento de clientes, queda de faturamento, impossibilidade de funcionários comparecerem ao trabalho, entre outros. A utilização da previsão de fluxo de caixa pode fortalecer o processo decisório, identificando potenciais carências e necessidades da empresa, oferecendo aos gestores a oportunidade de gerenciar proativamente problemas potenciais.

Palavras chave: Gestão financeira; pequenas empresas; demonstração de fluxo de caixa.

ABSTRACT

Small businesses are extremely important for the country's economy, however, the number of small establishments that cannot remain in the market is also high, which was evidenced during the Covid-19 pandemic, when thousands of small establishments had to close. your activities. This study aimed to discuss the benefits of the Cash Flow Statement for small businesses. The research presented the Cash Flow Statement of a company in the retail trade of musical instruments, in the period of July, August and September 2021. It is clear that the balances presented in the company's cash register were quite low, a fact that is related to the period experienced and the company's field of activity, since during the pandemic, concerts and events of the type were totally prohibited, which directly reflected on the demand of the company. company. At the end of the study, it was concluded that in the face of the crisis, financial management becomes even more essential for companies, as it requires a high level of control over finances, since the events resulting from the pandemic brought several implications, such as the reduction in the number of customers, a drop in revenue, the inability of employees to attend work, among others. The use of cash flow forecasting can strengthen the decision-making process, identifying potential needs and needs of the company, offering managers the opportunity to proactively manage potential problems.

Keywords: Financial management; Small business; cash flow statement.

1 INTRODUÇÃO

As pequenas empresas são muito importantes não apenas para a economia regional, mas também para a economia nacional, pois têm uma participação significativa na composição do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, gerando empregos e renda para grande parcela da população. Apesar destes dados otimistas, é importante se destacar também o elevado número de pequenas empresas que encerram suas atividades logo nos primeiros anos de vida do negócio, o que desperta para uma preocupação acerca da saúde e da gestão financeira destas empresas. Dentro deste contexto, este estudo deve como tema a gestão financeira das pequenas empresas, buscando avaliar a importância da utilização do demonstrativo de fluxo de caixa. O estudo surge com objetivo de discutir os benefícios da Demonstração de Fluxo de Caixa para as pequenas empresas.

Este estudo pode ser classificado como uma pesquisa bibliográfica, pois é

desenvolvida com base em material já elaborado, como livros e artigos científicos, que foram utilizados para se avaliar os principais conceitos teóricos relacionados ao tema em questão. Segundo Beuren (2013) pesquisas bibliográficas, estão sempre presentes nos estudos contábeis, seja como parte integrante de outro tipo de pesquisa ou exclusivamente enquanto delineamento. O estudo teve uma abordagem qualitativa, tendo seus resultados expostos de forma descritiva. Após a pesquisa bibliográfica, também foram coletados dados em uma pequena empresa do ramo de comércio varejista de instrumentos musicais, a partir dos quais foi possível se estruturar o demonstrativo de fluxo de caixa da referida empresa.

Ao final do estudo, concluiu-se que a demonstração de fluxo de caixa tem muito a contribuir com a gestão financeira das empresas, principalmente em períodos de recuperação, como é o momento pós-pandemia. O demonstrativo de fluxo de caixa auxilia os gestores no processo decisório e no gerenciamento das contas, evitando o endividamento.

2 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

As microempresas e empresas de pequeno porte são classificadas no Brasil de acordo com diferentes indicativos. Atualmente há duas abordagens: a primeira é pelo valor auferido na receita bruta anual da empresa, e o segundo, é pelo número de pessoas empregadas.

De acordo com Ribeiro (2016) as MPEs (Micro e Pequenas Empresas), têm suas definições pelo Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), por meio de sua receita bruta anual. Já o Sebrae e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) têm como base de classificação de empresas, o número de empregados que compõe suas estruturas. A classificação de cada órgão pode ser visualizada na Figura 1.

Figura 1: Classificação das Microempresas e pequenas empresas

Classificação por número de funcionários		
ÓRGÃO	MICROEMPRESA	PEQUENA EMPRESA
SEBRAE (Comércio e Serviços)	De 0 a 9 pessoas	De 10 a 49 pessoas
SEBRAE (Indústria)	De 0 a 19 pessoas	De 20 a 99 pessoas
RAIS/TEM	De 0 a 19 pessoas	De 20 a 99 pessoas
Classificação por receita bruta		
ÓRGÃO	MICROEMPRESA	PEQUENA EMPRESA
ESTATUTO MPE	Até R\$ 360.000,00	De R\$ 360.000,01 à R\$ 3.600.000,00
BNDES	Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões.	Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões.

Fonte: Ribeiro (2016)

Como pode se observar na Figura, a classificação de MEPs é sugerida de acordo com o interesse de cada Órgão neste segmento empresarial. A Lei nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, define microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: no caso de Microempresas (ME) apresentam um faturamento anual de até R\$360 mil; e no caso de Empresas de Pequeno Porte, representadas pela sigla EPP, tem faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões (BRASIL, 2006).

Como se verifica, muitas classificações são utilizadas, o que varia de acordo com o órgão. Indiferente de uma definição exata, estas entidades desempenham um importante papel na sociedade e também na economia brasileira.

Muito se fala sobre a potência econômica das grandes empresas, deixando-se muitas vezes de se refletir sobre a contribuição dos pequenos estabelecimentos para a economia brasileira. Grande parte desses estabelecimentos são empresas familiares, que se tornam o sustento de toda a família, muitas vezes passando e geração para geração. Além de gerar emprego para a própria família, também gera outras oportunidades para terceiros e contribuem para a economia regional.

As micros e pequenas empresas desempenham um papel de fundamental importância na sociedade brasileira, pois juntas, chegam a representar 99,2% do total de empresas em atividade no país, segmento que é responsável por cerca de 57,2% dos postos de trabalho, e representa 20% do total do Produto Interno Bruto (PIB) nacional (FERRONATO, 2015). Dados mais recentes, divulgados pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia (2020), apontam que juntas as Micro e Pequena Empresa representam 99% dos negócios

brasileiros, respondem por 30% de tudo que é produzido no país e são responsáveis por 55% dos empregos gerados no Brasil.

2.1 Desafios

Apesar de sua indiscutível importância econômica e social, os pequenos empreendimentos também são reconhecidos por suas elevadas taxas de mortalidade. Conforme Ferronato (2015), a maioria das pequenas empresas não sobrevive aos primeiros cinco anos contados da data de início de suas atividades. O autor cita uma pesquisa realizada pelo SEBRAE no ano de 2004, onde se constatou que, no 49,4% encerram a atividade com até dois anos de existência, 56,4% com três anos e 59,9% não sobrevivem além de quatro anos. Entre os principais motivos que levam a estes índices estão a falta de capital de giro, o excesso de tributos, as exigências burocráticas, a concorrência desigual, além das altas taxas de juros.

Diante da importância das MPEs para a economia brasileira, o encerramento prematuro destas empresas é uma preocupação para a sociedade. Cunha (2019) afirma que é de grande relevância se obter informações que possibilitem a identificação das possíveis causas para a elevada taxa de mortalidade dos pequenos negócios, visando o desenvolvimento de ações efetivas por parte dos empresários.

O autor aponta como ponto fraco a falha na administração, representando 90% do total de fracassos, sendo um dos principais fatores da mortalidade precoce, pois a administração desses negócios normalmente se concentra nas mãos de pessoas que desconhecem os princípios de gestão de uma entidade.

Para Ribeiro (2016), os motivos que levam as empresas a fecharem suas portas podem ser internos ou externos. Entre os fatores internos estão aqueles relacionados ao que ocorre dentro da empresa, ou seja, os pontos fracos que ela possui em sua gestão. Já os motivos externos referem-se ao que ocorre no ambiente onde se encontra a empresa, é algo fora de seu controle. Os motivos internos e externos são sintetizados na Figura 2.

Figura 2: Motivos para o fechamento prematuro

Motivos Internos	Motivos Externos
Devido ao porte possuem baixa capacidade de se adaptarem às mudanças;	Situação onde a empresa compra de grandes fornecedores e vende para grandes clientes e acaba tendo preços de compra impostos pelos fornecedores e os de venda impostos pelos clientes;
Estreita vinculação entre empresa-empresário, assim os bens da empresa se confundem com os do empresário. Quando a empresa vai bem o empresário a descapitaliza e, quando vai mal ele não teme perdê-la e sim ser arrastado por ela;	Injustiça no tratamento da legislação tributária, trabalhista e social que, mesmo com a legislação das microempresas reduziu-se um pouco a injustiça, no entanto, ainda continuam com as demais;
Pouco recurso financeiro que não permite o bom funcionamento da empresa que a deixará com problemas de desenvolvimento podendo ocasionar o fechamento de suas portas;	O baixo volume de crédito disponível, devido ao porte ser considerado de alto risco e, desta forma tanto banqueiros quanto grandes empresas evitam ou reduzem ao máximo os empréstimos;
Empregado com pouca experiência, vinculada à um empresário que não possui nenhuma noção de negócio e, sem nenhuma formação adequada para tocar o empreendimento.	As atividades que as grandes empresas exercem no mercado de trabalho forçam as pequenas a trabalharem desfalcadas de bons profissionais, pois as grandes empresas absorvem a maior parte da mão-de-obra qualificada, além da questão salarial.

Fonte: Ribeiro (2016)

Como se percebe, o controle torna-se indispensável na busca pela sobrevivência organização. Neste cenário surge a contabilidade gerencial, que pode auxiliar os gestores destas pequenas empresas na busca por maior eficiência na gestão de seus recursos, tão escassos, tornando o processo decisório mais assertivo, já que a contabilidade gerencial, através de suas ferramentas, possibilita uma visão mais clara sobre os resultados da empresa, viabilizando também a realização de previsões orçamentárias

2.2 Demonstração de fluxo de caixa

Fluxo de caixa é o instrumento de planejamento financeiro que tem o objetivo de fornecer estimativas da situação de caixa da empresa num período de tempo à frente. Dependendo da necessidade das informações do saldo de caixa elas podem ser diárias, semanais, mensais, trimestrais ou períodos ainda mais longos dependendo dos planos da empresa. Trata-se de um instrumento que traduz em valores e datas os dados gerados pelos demais sistemas de informações.

Segundo Silbiger (1992, apud DALBELLO, 1999), a demonstração de fluxo de caixa é uma ferramenta gerencial de extrema importância para as organizações, utilizada, na prevenção de problemas de liquidez, na evidenciação da relação entre lucro e fluxo de caixa, na definição das estratégias de pagamento de dívidas, na análise da aplicação dos recursos do caixa, no apontamento dos reflexos das políticas financeiras adotadas pela administração sobre o fluxo de caixa, além de outras tarefas ligadas ao planejamento e à administração das fontes e das necessidades de recursos financeiros.

Cavalcante et. al. (2018) explicam que, com o objetivo de facilitar a análise das

informações, a DFC deve apresentar uma estrutura com determinado grau de detalhamento para que o administrador possa compreender, analisar e decidir adequadamente sobre a liquidez da empresa. O Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC nº 03 R2 (2008) estabelece que “a demonstração dos fluxos de caixa deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento”.

As atividades operacionais mostram os valores de caixa provenientes das operações da companhia, relacionando também todos os valores referentes a gastos com comercialização e produtos dos bens e serviços desempenhados pela empresa. As atividades de investimento se referem às movimentações das aplicações financeiras, as participações em outras sociedades, a aquisição e venda de ativos que servirão na produção de bens ou serviços e a concessão e/ou recebimento de empréstimos. Por fim, as atividades de financiamentos sumarizam os valores dos demais fluxos, ou seja, para as sobras dos recursos, existe saída para aplicação; no caso de falta de caixa, há o resgate de investimentos ou até a captação de recursos (CAVALCANTE, 2018).

É importante se destacar ainda que existem duas formas para se estruturar o fluxo de caixa: o método direto e o método indireto. O Método Direto utiliza a técnica das partidas dobradas. Relaciona os fluxos que efetivamente geraram ou consumiram caixa das operações, apresentando de forma clara quanto entrou e quanto saiu de dinheiro. De acordo com Lima et. al. (2018), no método direto as entradas e saídas de numerários são apresentadas a partir das vendas, pelos valores realizados, ao invés do lucro líquido, como no Método Indireto. A estrutura da Demonstração de Fluxo de Caixa pelo método direto pode ser visualizada na Figura 3.

Figura 3: Fluxo de Caixa – Método Direto



Fonte: Lima et. al. (2018)

Já o método indireto se baseia na demonstração do resultado do exercício (DRE) e começa a ser apresentado a partir do lucro líquido, ajustado pelos itens que afetam o resultado, mas não influenciam o caixa como: depreciação e equivalência patrimonial, que possuem caráter apenas econômico (CAVALCANTE, 2018). Sua estrutura pode ser visualizada na Figura 4.

Figura 4: Fluxo de Caixa Método Indireto

Fluxo de caixa das atividades operacionais: Lucro líquido Depreciação e amortização (+) Provisão para devedores duvidosos (+) Aumento/diminuição em fornecedores (+/-) Aumento/diminuição em contas a pagar (+/-) Aumento/diminuição em contas a receber (+/-) Aumento/diminuição em estoques (+/-) Caixa líquido das atividades operacionais (+/-)
Fluxo de caixa das atividades de investimento: Venda de imobilizado (+) Aquisição de imobilizado (-) Aquisição de outras empresas (-) Caixa líquido das atividades de investimento (+/-)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento: Empréstimos líquidos tomados (+) Pagamento de leasing (-) Emissão de ações (+) Caixa líquido das atividades de financiamento (+/-)

Fonte: Lima et. al. (2018)

2.3 Fluxos de caixa aplicado a pequena empresa

Uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos empresários das micro e pequenas empresas é exercer uma administração financeira eficiente. Ferreira et. al. (2018) afirma que, na maioria das vezes, o administrador destas empresas acaba por ser seu próprio proprietário, que nem sempre dispõe de conhecimentos básicos para exercer a função. Além disso, muitos destes empresários acreditam que a gestão de fluxo de caixa deve ser realizada apenas pelas grandes empresas, que possuem uma grande movimentação no caixa.

Apesar de muitas vezes não receber a devida atenção por parte das pequenas empresas, a administração financeira é de extrema relevância. Oliveira (2018) considera que a administração financeira é capaz de assegurar a melhor captação e alocação de recursos e, por isso, os controles financeiros das micro e pequenas empresas precisam ser minuciosamente analisadas, uma vez que estas empresas possuem o caixa limitado. O autor considera ainda que, mesmo que uma empresa apresenta lucro em seu balanço patrimonial, não significa que ela tenha caixa para cumprir suas obrigações.

Empresas lucrativas podem apresentar problemas de caixa, o que ocorre devido ao fato de que a apuração do balanço patrimonial é feita por meio do regime de competência, que reconhece as receitas no momento da venda e as despesas no momento em que acontecem, enquanto o fluxo de caixa ocorre pelo regime de caixa (OLIVEIRA, 2018).

Ferreira et. al. (2018) corroboram que, mesmo sendo desobrigadas a elaboração da DFC é essencial que os administradores realizem um controle de fluxo de caixa. Os autores compreendem que isso se faz necessário devido ao fato destas empresas estarem inseridas em um ambiente imprevisível e mutável, onde os administradores precisam se posicionar rapidamente diante das mudanças, tomando decisões assertivas de forma que contribua com resultados positivos para a empresa.

De forma semelhante, Oliveira (2018) afirma que uma gestão financeira eficiente é capaz de reduzir a mortalidade precoce das micro e pequenas empresas, contribuindo para sua perpetuação no mercado. Para o autor, o fluxo de caixa é uma ferramenta capaz de auxiliar o gestor, fornecendo-lhe informações relacionadas aos recursos disponíveis na empresa, já que ele resume toda a movimentação diária de entradas e saídas de recursos financeiros da empresa, representando sua situação financeira em cada momento. O DFC possibilita o planejamento, organização, coordenação e controle dos recursos, ou seja, permite programar antecipadamente as necessidades de caixa, bem como dispor excedentes de caixa, em aplicações mais rentáveis e seguras.

Os controles são um instrumento gerencial indispensável para que as empresas possam se tornar competitivas e permanecerem no mercado, pois através deles é possível se obter informações relevantes que auxiliam no processo de gestão. Por meio de um demonstrativo de fluxo de caixa, os gestores poderão verificar os valores que precisarão ser desembolsados em cada período e se o saldo disponível em caixa será suficiente para honrar com as obrigações da empresa em casa vencimento. Portanto, considera-se que o fluxo de caixa é fundamental no cotidiano das micro e pequenas empresas, pois através deles os gestores poderão tomar decisões mais assertivas, melhorando seus resultados no mercado.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho pode ser classificado como uma pesquisa bibliográfica, pois busca em materiais já publicados, como livros e artigos científicos, os conceitos que darão sustentação teórica à pesquisa. A pesquisa bibliográfica se desenvolve através

da pesquisa em documentos, artigos científicos, livros, teses e dissertações (LAKATOS; MARCONI, 2017).

Foram efetuadas pesquisas em livros, de autores já reconhecidos na área, e também por meio de fontes virtuais, como revistas científicas disponibilizadas no Google Acadêmico, como SciELO - *Scientific Electronic Library Online*; LILACS; e Portal de periódicos CAPES.

Foram selecionados para leitura os artigos encontrados nas revistas citadas publicados entre os anos de 2011 e 2021, e encontrados a partir dos seguintes descritores: pequenas empresas; finanças; contabilidade; fluxo de caixa.

Após leitura e análise dos materiais, foi realizada uma síntese dos principais resultados encontrados, os quais serão expostos de forma descritiva. Na concepção de Gil (1999), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. A pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda. Nesse contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos. Vários estudos utilizam a pesquisa descritiva para análise e descrição de problemas de pesquisa na área contábil. Podem ser questões, por exemplo, relacionadas as características próprias da profissão contábil em instrumentos contábeis utilizados na gestão das organizações. A pesquisa terá uma abordagem qualitativa, aquela que evita números, lida com interpretações das realidades sociais. Para Bauere Gaskell (2003, p.65) a pesquisa qualitativa:

[...] fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais e específicos.

A pesquisa qualitativa torna-se possível a exploração, a descrição da complexidade do tema e problema de pesquisa de forma que possa permitir ao pesquisador a análise, compreensão, classificação para a geração de contribuições.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Voltando-se ao tema proposto neste estudo, foram levantados dados referente ao controle de fluxo de caixa junto a uma pequena empresa local, a qual atua no comércio varejista de instrumentos musicais. A partir das informações coletadas estruturou-se o fluxo de caixa conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Fluxo de Caixa de uma pequena empresa do ramo de comércio varejista de

instrumentos musicais.

DESCRIÇÃO	COMPETÊNCIA A 06/2021	COMPETÊNCIA A 07/2021	COMPETÊNCIA A 08/2021
ORIGEM DO FLUXO DE CAIXA:			
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS	R\$ 16.251,20	R\$ 12.739,70	R\$ 25.666,20
(+) Recebimentos a vista de prestação de serviços	R\$ 35.305,93	R\$ 29.119,95	R\$ 33.072,15
(+) Recebimento a prazo de prestação de serviços	R\$ 9.552,21	R\$ 8.693,73	R\$ 11.966,21
(-) Pagamentos a fornecedores de produtos p/ prest. de serviço.	R\$ 28.606,94	R\$ 25.073,98	R\$ 19.372,16
2. Atividades de Investimento	R\$ -3.000,00	R\$ 00,00	R\$ -12.150,00
(+) Recebimento pela venda de Imobilizado	R\$ 00,00	R\$ 00,00	R\$ 00,00
(-) Pagamento pela compra de Imobilizado	R\$ 3.000,00	R\$ 00,00	R\$ 12.150,00
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	R\$ 00,00	R\$ 00,00	R\$ 00,00
3. Atividades de Financiamento	R\$ -16.761,34	R\$ -13.719,30	R\$ -13.884,58
(+) Aumento de Capital	R\$ 00,00	R\$ 00,00	R\$ 00,00
(+) Empréstimo obtido de curto prazo	R\$ 00,00	R\$ 00,00	R\$ 00,00
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PAGAS	R\$ 4.366,08	R\$ 3.584,30	R\$ 2.723,27
(-) Retirada de Pró-Labore e pagamento a funcionários	R\$ 8.868,96	R\$ 7.440,01	R\$ 8.603,08
(-) Pagamento de energia, água, aluguel e outras despesas	R\$ 3.526,30	R\$ 2695,42	R\$ 2.558,23
(=) Caixa gerado	R\$ -3.510,14	R\$ -979,60	R\$ -368,38
4.Saldo no início do período.	R\$ 5.235,14	R\$ 1725,00	R\$ 745,40

5. Saldo no final do período.	R\$ 1.725,00	R\$ 745,40	R\$ 377,02
--------------------------------------	---------------------	-------------------	-------------------

Fonte: Adaptado de Lima et. al. (2018)

Na Tabela 1 pode-se verificar que nos três meses observados houve um controle de entradas e saídas, considerando os recebimentos à vista e a prazo, e ainda os pagamentos realizados em cada período. Segundo o proprietário, existe uma organização prévia, um planejamento quanto às contas a pagar, no entanto, nem sempre ele consegue ter uma previsão correta dos valores a receber à vista, pois há uma grande oscilação na demanda.

Além de registrar entradas e saídas operacionais do caixa da empresa, o demonstrativo também trouxe informações sobre a compra de imobilizado, impostos e contribuições pagas, como retirada de Pró-Labore e pagamento a funcionários, pagamento de energia, água, aluguel e outras despesas. O demonstrativo é encerrado com a apresentação do saldo de caixa gerado no mês, que é somado ao saldo do início do período, resultando no saldo no final do período, ou seja, o valor acumulado que a empresa tem no momento.

Percebe-se que, apesar de a microempresa apresentar um saldo final de caixa positivo, ainda é bastante baixo, no entanto, é importante se considerar o momento vivido e o ramo de atuação da empresa. A empresa atua no ramo de comércio varejista de instrumentos musicais, setor que foi fortemente impactado pela pandemia de Covid-19. Além da redução da circulação de pessoas nas lojas, houve ainda uma insegurança econômica, que fez com que os produtos comercializados pelas empresas não fossem vistos como essenciais pela maior parte dos consumidores.

Além disso, destaca-se que os grandes consumidores destes tipos de produtos são profissionais ou alunos de música. Tanto as aulas quanto os eventos musicais com aglomeração de pessoas ficam suspensos por mais de um ano. Frente ao exposto, entende-se que o fato de a empresa se manter no mercado e conseguir honrar seus compromissos já foi uma grande vitória. Certamente a recuperação virá nos próximos meses.

Silva (2021) explica que a pandemia de Covid-19, que teve início ao final do ano de 2019, espalhou-se rapidamente por todo o mundo, inclusive no Brasil, onde os primeiros casos começaram a ocorrer no início do ano de 2020. Além de agravos à saúde da população, a pandemia também gerou outros efeitos no mercado econômico e na vida social, devido principalmente a necessidade de isolamento social e de decretos que determinavam o fechamento temporário de empresas e eventos para evitar

a aglomeração de pessoas e disseminação do vírus.

No cenário econômico, a pandemia teve sérios reflexos, que vão desde a alta do dólar até a queda no consumo e do ponto de vista empresarial, foram sentidos como uma disruptura, ou seja, uma forte, rápida e imprevisível mudança. Silva (2021) explica que, embora já hajam sinais de melhora no que se refere à disseminação do vírus e números de óbitos, a recessão provocada pela pandemia ainda tem afetado as empresas de diferentes formas e tende a ser mais severa sobre quem for mais frágil, pois se o governo não agir liberando linhas de crédito e adiando recolhimento de tributos, haverá mais mortalidade de pequenos empreendedores.

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística mostram que, desde que a pandemia chegou ao Brasil, 716.000 empresas fecharam as portas. O levantamento ainda mostra que os impactos ocorreram em todos os setores, mas afetou em maiores proporções o comércio (39,4%) e serviços (37%), afetando principalmente as pequenas empresas, pois de acordo com a pesquisa, 99,8% das empresas que não voltarão a abrir suas portas depois da crise são de pequeno porte (EL PAÍS, 2021).

Frente ao momento de crise, a gestão financeira torna-se ainda mais essencial para as empresas. De acordo com o Sebrae (2021), o momento exige das empresas um alto nível de controle sobre as finanças, principalmente porque os eventos decorrentes da pandemia podem trazer diversas implicações, como a redução no movimento de clientes, queda de faturamento, impossibilidade de funcionários comparecem ao trabalho, entre outros. O gerenciamento das finanças, portanto, mais do que nunca, é uma obrigação do empresário.

A demonstração de fluxo de caixa sem dúvidas terá muito a contribuir com o processo de recuperação, pois auxilia os gestores no processo decisório e no gerenciamento das contas, evitando o endividamento. De acordo com Salomé et. al. (2021), o controle do fluxo de caixa é uma das principais ferramentas de controle financeiro, indica as movimentações financeiras, a liquidez do negócio e as necessidades de recursos, auxilia o gestor a verificar a sustentabilidade e a capacidade de pagamento da empresa, permitindo realizar as correções e adequações necessárias.

Salomé et. al. (2021) acrescenta que o fluxo de caixa futuro é um dos indicadores mais importantes da gestão financeira, e tem por objetivo orientar a empresa em relação à sua capacidade de cumprir suas obrigações e evitar problemas de financiamentos da operação. Para os autores, a utilização da previsão de fluxo de caixa pode fortalecer o processo decisório, identificando potenciais carências e necessidades da empresa, oferecendo aos gestores a oportunidade de gerenciar

proativamente problemas potenciais, entretanto, para se garantir uma previsão confiável e um momento de crise, é preciso se avaliar constantemente os cenários, acompanhar os impactos das ações já implementadas e deliberar sobre as novas ações necessárias a sobrevivência do negócio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo discutir os benefícios do fluxo de caixa para pequenas empresas. Para alcançar este objetivo, buscou-se inicialmente conceituar as micro e pequenas empresas e contextualizar o ambiente em que se inserem, identificar a estrutura e objetivo da demonstração de fluxo de caixa e demonstrar como ele pode contribuir com a gestão financeira da empresa.

O estudo expôs resultados do fluxo de caixa de uma pequena empresa local do ramo de comércio varejista de instrumentos musicais, analisando-se um período de três meses. Verificou-se que os resultados obtidos pela empresa foram bastante baixos, porém ainda com um saldo de caixa positivo. Considerou-se que, no período analisado, a empresa encarava um cenário de pandemia, onde a demanda por instrumentos musicais foi diretamente afetada, já que todos os eventos musicais permaneceram na inatividade por um período de aproximadamente um ano e meio.

Concluiu-se que, diante do cenário vivenciado, onde milhares de empresas de diferentes ramos encerraram suas atividades devido à crise que instalou durante a pandemia, os resultados apresentados pela empresa em estudo foram satisfatórios, pois ela foi capaz de atravessar o momento mais crítico, passando agora para um período de retomada, já que, aos poucos, a sociedade começa a voltar à normalidade, retomando-se também atividades festivas e musicais, o que certamente refletirá no aumento da demanda por instrumentos musicais.

Por fim, considera-se que a gestão financeira, e neste caso específico a demonstração de fluxo de caixa, terá muito a contribuir com o processo de recuperação, pois auxilia os gestores no processo decisório e no gerenciamento das contas, evitando o endividamento. Por fim, deixa-se como sugestão para realização de estudos futuros, a pesquisa com uma amostra de empresas locais, para identificar qual o nível de adesão das pequenas empresas às ferramentas de gestão financeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUERE, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL. **Lei complementar 123**. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 05 Abr. 2021.

BRASIL. **Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia**. Governo destaca papel da Micro e Pequena Empresa para a economia do país. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/outubro/governo-destaca-papel-da-micro-e-pequena-empresa-para-a-economia-do-pais>>. Acesso em: 01 Jun. 2021.

CAVALCANTE, Frederico Otavio Sirotheau; et. al. **A importância da demonstração dos fluxos de caixa como elemento para a tomada de decisão**. 2017. Disponível em: <<http://www.singep.org.br/6singep/resultado/71.pdf>>. Acesso em: 10 Mai. 2021.

CUNHA, Raianny Dantas da. **Fatores determinantes da mortalidade precoce das micro e pequenas empresas sob a ótica do contador**. 2019. Disponível em: 13 <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15869/1/RDC24092019.pdf>>. Acesso em: 05 Abr. 2021.

DALBELO, Liliane. **A relevância do uso do fluxo de caixa como ferramenta de gestão financeira para avaliação da liquidez e capacidade de financiamento de empresas**. 181 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

EL PAÍS. **716.000 empresas fecharam as portas desde o início da pandemia no Brasil, segundo o IBGE**. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-19/716000-empresas-fecharam-as-portas-desde-o-inicio-da-pandemia-no-brasil-segundo-o-ibge.html>>. Acesso em: 02 Out. 2021.

FERREIRA, Angélica Pereira; et. al. **A importância do controle de fluxo de caixa para as micro e pequenas empresas**. 2018. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/enepe/2018/suplementos/area/Socialis/Ci%C3%A2ncias%20Cont%C3%A1beis/A%20IMPORT%C3%A2NCIA%20DO%20CONTROLE%20DE%20FLUXO%20DE%20CAIXA%20PARA%20AS%20MICRO%20E%20PEQUENAS%20EMPRESAS.pdf>>. Acesso em: 15 Jun. 2021.

FERRONATO, AirtoJoão. **Gestão contábil-financeira de micro e pequenas empresas: sobrevivência e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Francisco Anderson Vieira. Et al. **A demonstração dos fluxos de caixa enquanto instrumento para tomada de decisão**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 09, Vol. 1, pp. 147-162, Setembro de 2018. ISSN:2448-0959. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/comunicacao/fluxos>>. Acesso em: 10 Mai. 2021.

OLIVEIRA, Renato Costa de. **Estudo de caso: fluxo de caixa uma ferramenta de gestão financeira para a pequena empresa**. 2018. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1048/771>>. Acesso em: 25Mai. 2021.

RIBEIRO, Lucas da Rocha. **Micro e pequenas empresas: desafios, oportunidades e mecanismos de sobrevivência**. 2016. Disponível em: <<https://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/703/1/TCC%2026%2002%202016.pdf>>. Acesso

em: 05 Abr. 2021.

SALOMÉ, Fernanda Franciele Sousa; et. al. O impacto da pandemia do COVID-19 na gestão financeira das micro e pequenas empresas do setor varejista de Cláudio-MG. 2021. Disponível

14

em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/15303/14203/204450>>. Acesso em: 03 Out. 2021.

SEBRAE. Gestão financeira em tempos de crise. 2021. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/gestao-financieira-em-tempos-de-crise,af7868e2ce8f0710VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 03 Out. 2021.

SILVA, Elina Martins. Gestão da micro e pequena empresa: desafios empresariais em cenário de crise decorrente da pandemia do Covid-19. 2021. Disponível em: <http://www.faccamp.br/new/arq/pdf/mestrado/Documentos/producao_discente/ElinaMartinsSilva.pdf>. Acesso em: 03 Out. 2021.

A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE CONTAS CONTÁBEIS EM UMA EMPRESA DO RAMO COMERCIAL NA CIDADE DE JACIARA – MT

Marques Semeão de Oliveira ¹
Luciana Aparecida Augusta de Oliveira ²
MEZARI, Alexandre²
Francisco Eudes Gomes de Lima²

¹ Discente em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas ao Vale de São Lourenço – EDUVALE.

² Docente em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas ao Vale de São Lourenço – EDUVALE.

Email do autor correspondente:

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre as análises das contas contábeis em uma empresa no ramo comercial da cidade de Jaciara-MT com o intuito de demonstrar o por que é importante fazer a análise das contas contábeis na empresa. Para esse estudo foi utilizado pesquisas bibliográficas, pesquisa de campo, pesquisas qualitativas e exploratórias, onde com a interpretação desses métodos foram importantes para realizar um levantamento acerca das contas contábeis que foram analisadas para entender qual a necessidade e importância de fazer essa conferência dentro da empresa. Por fim, como conclusão desse estudo concluiu-se que a análise de contas é muito importante para que a empresa obtenha resultados precisos e corretos, pois as contas influenciam em todo processo da organização e com os resultados corretos é possível analisar como a empresa está financeiramente por exemplo. Isso auxilia nas tomadas de decisão da gestão da organização, fazendo com que a medida que as contas são analisadas melhor será seu crescimento.

Palavras-chave: Análise. Contas Contábeis. Demonstrações. Balanço Patrimonial. DRE

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa trazer um estudo sobre a importância da análise de contas em uma empresa do ramo comercial na cidade de Jaciara-MT, onde foi

evidenciado a maneira em que as contas são validadas e como elas vão impactar nos resultados da empresa. A análise de contas em uma empresa regimentada no ramo varejista, traz vários benefícios que serão citados no decorrer deste trabalho e assim demonstrar como são importantes tais contas e o papel que elas exercem dentro da organização.

A análise de contas é um processo de verificação dos lançamentos contábeis que foram feitos dentro do sistema contábil da organização, cada registro gera um fato contábil que poderá ser analisado futuramente caso necessário e também para gerenciar todas as movimentações contábeis da empresa. Por este motivo é muito importante que esses registros sejam feitos de forma correta, este é um problema que deve ser levado em questão na validação das contas contábeis. O analista contábil deve estar ciente de como cada conta contábil funciona e entender os processos contábeis da organização para auxiliar ao máximo nesse processo de conferência e manter os dados sempre atualizados e conferidos.

O objetivo final desse trabalho é ressaltar esse papel fundamental que as contas contábeis têm para a empresa trazendo um check list de rotinas que precisam ser analisadas para que no final de cada período contábil as informações geradas estejam corretas. Para chegar a esse objetivo foram utilizados os métodos de pesquisas bibliográficas para explanar os significados das contas contábeis citadas e como elas são estruturadas dentro do sistema contábil. Todas as informações da coleta de dados foram obtidas através da pesquisa de campo e da pesquisa qualitativa, entendendo que para esse estudo foi-se necessário a coleta dessas informações para auxiliar na solução do problema e nas dúvidas que surgiram durante a pesquisa de campo. A pesquisa exploratória foi necessária para aumentar os dados coletados, pois os dados foram coletados na organização pois assim como as contas precisam estar apuradas, os dados coletados neste estudo, também precisam estar e a pesquisa exploratória auxiliou essa coleta. Cada dado coletado, foi de suma importância para chegar à conclusão deste trabalho, para sanar as dúvidas de como é válido para a organização que esse processo seja feito e no decorrer deste trabalho será explanado cada operação e como elas são realizadas para que no final os dados estejam apurados e assim possa gerar resultados precisos e confiáveis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O que é Controladoria

De acordo com Padoveze (2016, pag. 9) a Controladoria é o órgão administrativo responsável pela gestão econômica da empresa, com a finalidade de torná-la mais eficaz. A Controladoria tem como base científica a Ciência Contábil, na qual temos os fundamentos da gestão econômica. Diante disso a controladoria visa a criação de valor para a empresa e para os acionistas, valor esse que será obtido pelos gestores e líderes das diversas atividades desenvolvidas dentro da organização.

Para Nascimento, Reginato (2013, pag. 2) O papel da controladoria é apoiar o processo de tomada de decisão, com um auxílio de um sistema de informações que possibilite e facilite o controle operacional da organização, acompanhando as atividades da empresa. O setor da controladoria pode ter diversas funções, dependendo das dimensões da empresa e orientação vinda por parte da sua administração.

A controladoria visa promover eficácia nas tomadas de decisões da entidade, analisando quais são os objetivos que foram estabelecidos e trazendo soluções para que os resultados sejam alcançados. O departamento de controladoria tem a função de estudar as operações realizadas, as informações coletadas e repassar aos gestores para melhorar o processo decisório.

2.2 Estrutura das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis têm o papel de demonstrar como a empresa está na sua situação econômica, financeira e patrimonial, através dela é possível identificar a origem de seus fatos contábeis no determinado período em que foi elaborada a demonstração contábil.

Alves e Laffin (2018, pag. 14) citam que as estruturas das demonstrações contábeis trazem informações que estão no ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas ou estão expostos os ganhos e perdas, mutações no capital próprio que integralizam os proprietários, distribuições realizadas e fluxos de caixa, ou seja, nela consta a situação patrimonial e financeira da empresa e através dela é possível acompanhar o desempenho dentro de um período específico.

Conforme Ribeiro, Osni (2020, pag. 14) as demonstrações contábeis são estruturadas para analisar a posição patrimonial, financeira e também o desempenho da organização. Através das demonstrações contábeis é possível apresentar a movimentação da administração e o seu potencial na prestação de contas diante de todos os recursos e métodos que foram confiados a entidade.

2.3 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial nada mais é que a forma de evidenciar em um determinado período o Patrimônio Líquido da organização, onde nessa demonstração contábil deve conter tudo aquilo que é Bens e Direitos bem como também as Obrigações e por fim o Patrimônio Líquido da empresa.

Martins, Miranda e Diniz (2020, pag. 21) cita que todas as informações relatadas no balanço patrimonial são importantes para a tomada de decisão por parte dos usuários, pois é através dessas informações que eles chegam a conclusões sobre por exemplo a solvência da empresa, sua estrutura patrimonial ou até mesmo a rentabilidade da entidade.

2.4 Demonstração Resultado do Exercício – DRE

Na DRE temos uma forma esquematizada dos resultados que foram informados pela empresa em um determinado período. Esse resultado é apurado onde as receitas da entidade são diminuídas pelas despesas que também estão incluídos os custos da empresa e feito o cálculo temos o Resultado do Período.

Ribeiro, Osni (2020, pag. 47) enfatiza que a DRE é um demonstrativo contábil que elucida os resultados econômicos, seja ele prejuízo ou lucro de uma determinada entidade que informam as suas atividades durante um determinado período que pode ser um mês, um trimestre, um semestre ou até mesmo um ano.

IUDÍCIBUS, FARIA e MARION descrevem que a DRE é a principal demonstração dos fluxos contábeis da entidade, pois nela são comparados receitas e despesas que foram apropriadas e reconhecidas, resultando em determinado valor que quando positivo refere-se as receitas que foram superiores as despesas, negativo quando acontece o inverso do resultado e, por fim, nulo, quando a igualdade nas receitas e despesas, onde nessa última opção é um caso mais raro, porém, aceito teoricamente.

2.5 Análise do Balanço e DRE

A análise do Balanço e da DRE é feita a partir do momento em que as contas contábeis são conferidas e analisadas. Por isso é importante a análise de tais contas, pois isso impactaria diretamente em um processo de tomada de decisão na empresa.

Sendo assim existe um prazo para que possa ser feito essa análise para não haver divergências ou algum tipo de erro que possa impactar na DRE ou no Balanço Patrimonial.

2.6 A Escrituração dos Documentos Fiscais

A escrituração dos documentos fiscais é através de um sistema integrado onde é feito lançamento de notas de entrada e saída, onde os usuários que são habilitados para essa função têm uma série de processos contábil de notas disponibilizados para escolher qual processo define o tipo de documento a ser escriturado dentro do sistema.

Este é um processo comum dentro da empresa e está relacionado a vários departamentos e a partir da escrituração que o sistema é alimentado com os dados que serão analisados nas contas contábeis

2.7 O Cálculo do Imposto

A partir do momento que os documentos fiscais foram incluídos no sistema, existe um parâmetro contábil chamado de regra fiscal que é analisado por um departamento específico que estuda as legislações tributárias para que no momento em que é dada entrada no documento fiscal conforme o processo contábil do mesmo, este calculará os devidos impostos.

Este processo é importante para que não haja divergência no cálculo dos impostos que serão pagos futuramente devido as leis tributárias e obrigações fiscais dispostas pelo estado onde a empresa está sediada.

2.8 Conciliação Contábil

O sistema é composto por parâmetros e processos contábeis que são

incluídos para gerar a conciliação contábil para facilitar a análise das contas contábeis, para cada processo e parâmetro existe uma conta a ser conciliada.

O sistema é preparado com rotinas e pesquisas que validam cada procedimento realizado onde, se houver divergência, o analista da conta é responsável para analisar a situação e solucionar o caso.

3. METODOLOGIA CIENTÍFICA

Para o desenvolvimento do trabalho em questão, foi utilizado a pesquisa bibliográfica que segundo Lakatos e Marconi (2021, pag. 49) a pesquisa bibliográfica é um tipo de produção científica, baseada em textos de livros, artigos científicos, ensaios críticos, resenhas, resumos, dicionários, enciclopédias, jornais e revistas.

Esse tipo de pesquisa é importante para que o autor do trabalho tenha embasamento bibliográfico sobre qualquer tema em que o artigo será desenvolvido. Lakatos e Marconi (2021, pag. 216) citam que a pesquisa de campo contribui para no levantamento de dados no próprio local e onde os fatos ocorreram, esse tipo de pesquisa é utilizado para conseguir as informações sobre determinado assunto que necessita de respostas e que encontrado na pesquisa de campo. Esse tipo de estudo auxilia a sanar as dúvidas e questionamentos encontrados durante o processo da pesquisa através da coleta de dados. O método de pesquisa qualitativa foi aplicado neste trabalho e segundo Flick (2008, pag. 130) o estudo qualitativo pode atingir vários objetivos distintos, com base nas suas decisões o pesquisador montará um plano para estudo. Esse estudo é marcado pelo estudo de comportamentos, percepções e aspectos relacionados a um determinado procedimento e umas das suas prioridades é a observação e a conversa com seus indivíduos.

Para Gil (2017, pag.26) as pesquisas exploratórias buscam trazer mais familiaridade com os problemas que foram encontrados durante a pesquisa. Esse tipo de pesquisa é bastante flexível, pois nela é analisado vários aspectos até que o pesquisador consiga definir seus objetivos que foram motivados a elaborar o estudo.

A pesquisa exploratória gera uma afinidade maior entre o autor e o seu campo de pesquisa, pois nesse método as pesquisas ocorrem mais de perto, o que exige do pesquisador se deslocar até a área de estudo para fazer o levantamento

dos dados.

4. ANÁLISE DA COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu em uma empresa do ramo comercial de móveis e eletrodomésticos no departamento de controladoria onde a empresa está instalada na cidade de Jaciara no estado do Mato Grosso, com aproximadamente 450 funcionários. Esta é uma de suas filiais da rede, que conta hoje com mais de 300 filiais espalhadas pelo Brasil, sendo elas do ramo varejista, atacadista, indústrias, centros de distribuições e assistência técnica. As análises são feitas mesmo que não haja divergência, pois, o intuito da análise é evitar conflitos entre os processos contábeis para que o resultado final das contas seja o mais eficaz possível, demonstrando o real valor de cada conta contábil.

Quando há alguma divergência, as contas são analisadas de maneira mais minuciosas para descobrir qual o motivo do erro e solucioná-los para obter o saldo correto das contas.

4.1 Check List – Validação de Notas

Validação de notas sem movimentar estoque
3186.2 - Validação de Notas Emitidas
3352.2 - Validação de Notas Duplicadas
7302.2 - Validação de Todas as Notas
114.1 / 115.1 - Validação de Imposto de acordo com o CFOP
114.1 / 115.1 - Validação de Armazém Geral: 7033,7034,7035,7036
1860.2 - Notas emitidas com numeração duplicada
7151.2 - Validação de Transferências enviadas e recebidas

Fonte: da pesquisa

Conforme Silva (2019, pag. 218) o controle das entradas e saídas precisam ser comprovadas com documentos que validam a movimentação como por exemplo, notas fiscais de compra e venda.

Este são documentos são emitidos para a empresa ou a própria empresa

as emitir para fins fiscais, tributários e controle de estoque que registram as vendas do seu estoque mediante a saída dos produtos e documentos exigidos pelo governo para validar a movimentação de produtos e gerar os devidos tributos e afins.

E se tratando de uma empresa de ramo comercial esse fluxo no estoque precisa ser preciso, porque é nas vendas que o estoque movimenta e as demais funções da empresa conseguem se desenvolver.

Então neste check list é verificado o livro fiscal de entrada e saída de notas fiscais, esta rotina é feita para que todas as notas que foram registradas no sistema possam estar registradas de maneira correta, isso facilita a tomada de decisão da gestão da empresa.

Nascimento, Reginato (2013, pag. 109), citam que o conjunto dessas operações são chamadas de controle interno, onde nela é verificado por exemplo a quantidade de vendas de um determinado produto e se as saídas das mercadorias estão sendo realizadas corretamente e estão dando baixa no estoque da empresa.

4.2 Check List – Contas de Caixa e Fluxo de Caixa e Vendas (Receitas)

Títulos Cartão de Débito - Inclusão x Baixas (83.1 - Movimento Diário A Receber - Processo/Sintético)
Títulos Perdido - Inclusão x Baixas (83.1 - Movimento Diário A Receber - Processo/Sintético)
Saldo Negativo de Caixa (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial)
Transferências de Numerios (C/C 8)
11907 - Transitória Vendas (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
11914 - Transitória Caixa (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
11915 - Transitória Recebimento (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
11916 - Transitória Pagamento (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
11917 - Transitória Compra a Vista (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
11918 - Transitória Encontro de Contas (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).

Fonte: da pesquisa

Para Silva (2019, pag. 218) no fluxo de caixa está relacionado toda movimentação financeira de um determinado período e nele é exposto o saldo de caixa e seus recursos financeiros para entender a saúde financeira da empresa e todas as transações que nela são executadas.

Nelas estão relacionadas algumas contas de receita que são apresentadas na DRE e tem a função apresentas os valores financeiros seja eles recebidos ou gastos. Através dessa conferência é possível validar uma parte do que é movimentado nas contas de receita e balanço patrimonial da organização, isso é de suma importância para controlar o fluxo de caixa e a movimentação de tais receitas que são geradas na empresa e por isso são rotinas executadas diariamente para não haver divergências nas contas. Porque na empresa a saúde financeira conta muito para obter resultados e alcançar as metas que foram lançadas.

IUDÍCIBUS, FARIA e MARION (2018, pag. 189) relatam que nesse processo contábil o relacionamento entre as receitas e as despesas operacionais é importante para que a Demonstração dos Resultados esteja calculando corretamente ganhos e perdas e sempre relacionados a um mesmo período de referência para fazer a análise.

4.3 Check List – Contas de Despesas e Devoluções

1131107 - Devolução A Fornecedor (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
1110216 - Trans. Renegociação de A Receber (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
21620 - Telefone A Pagar (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
21619 - Energia Elétrica A Pagar (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial)
21516 - Processos Trabalhistas A Pagar (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
21609 - Estágios Supervisionados A Pagar (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial)
21603 - Entregas Terceirizados A Pagar (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial)
213/21313 - Valores A Pagar Forn. Revenda/Ativo Imb./Diversos/Merc. Filiais/Forn. Filiais (355.1).
2160104 - Devolução de Venda (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
2131501 - Partes Relacionadas a Pagar (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
1121201 - Partes Relacionadas a Receber (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
1131120 - Devolução a Fornecedor Partes Relacionadas (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
2164402 - Adiantamento Partes Relacionadas (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
11923 - Recompra (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).

Fonte: da pesquisa

Marion (2017, pag. 41) relata sobre as contas de despesas como formas de escriturar os gastos que são efetuados com aquisição de bens ou serviços para a empresa, esses gastos podem ser tonar despesas ou investimentos para a organização, isso vai depender para qual finalidade o valor foi usufruído.

Essa é uma conta contábil que demonstra todas as despesas gastas na empresa em determinado período.

Então está é uma rotina voltada para as contas de despesas e devoluções da organização, é por ela que se tem conhecimento de parte daquilo que é usufruído na empresa, seja como prestação de serviço, despesas em geral ou as devoluções de clientes e fornecedores. Essa conferência é necessária para controlar as despesas da entidade porque se trata de uma conta que vai parar na DRE da empresa e por isso sempre deve ser analisada de perto porque as despesas devem ser controladas para evitar gastos excessivos e que prejudiquem no seu lucro.

Ribeiro, Osni (2020, pag. 46) cita que essas são algumas contas de despesas que confrontadas com as contas das receitas vão gerar um resultado econômico seja ele lucro ou prejuízo, por isso é necessário a dedução dessas despesas para achar o resultado econômico.

4.4 Check List – Projeção Financeira a Receber e a Pagar

Projeção Devolução de Venda (Saldo Carteira 50,64,66,80,103)
Projeção Devolução de Compra (Saldo Carteira 49,90 - Relatório 2114)
Projeção A Pagar Adiantamento (8045.2 - Conferimento de Saldo A Pagar X Cont. Adiantamento.)
Projeção A Receber Adiantamento (8046.2 Conferimento Saldo A Receber X Cont. Adiantamento.)
Projeção A Pagar (7045.2 Conferimento Saldo A Pagar X Contábil.)
Projeção A Receber (7046.2 Conferimento Saldo A Receber X Contábil.)

Fonte: da pesquisa

Padoveze (2016, pag. 191) cita que a projeção dos demonstrativos contábeis está relacionada com o Balanço patrimonial, a DRE e o Fluxo de Caixa, como por exemplo o Contas a Receber e a Pagar que está citado no Balanço patrimonial e na demonstração dos resultados onde e feito a estrutura de cada lançamento contábil gerando assim as projeções dos demonstrativos contábeis.

Esta é uma validação que vai impactar diretamente no balanço

patrimonial da empresa, parte dos bens e direitos e obrigações estão nessas rotinas, ela é necessária para verificar se todos os processos de duplicatas a receber e a pagar estão parametrizados de forma correta e se foram lançados corretamente.

Para uma empresa no ramo comercial essas contas são necessárias, pois estão vinculadas com todo o processo de compra e venda e elas são usadas também no fluxo de caixa da empresa.

Para Padoveze (2016, pag. 189) as projeções financeiras são análises do Balanço e da Demonstração que mostram resultados que serão utilizados nas contas orçamentárias e por isso é feito essa projeção financeira com base nas informações que são geradas através das análises da saúde financeira da empresa.

4.5 Check List – Conciliação Contábil

1131014 - Conciliação Adiantamento Transporte - CC x Contábil - 6
11630 - Conciliação Cheque Devolvido em Transito - Conta saldo ZERO
21629 - Conciliação Cheque Em Transito - Contábil x Pendente
2160105 - Conciliação Entrega Futura - Contábil x Pendente
2160107 - Conciliação Entrega Futura - Contábil x Pendente
2160103 - Conciliação Venda A Vista - Contábil x Pendente
1110219 - Conciliação Trans. Núm. Caixa e Banco - Contábil x Pendente

Fonte: da pesquisa

A conciliação contábil é um relatório usado para fazer a comparação e a conferência entre os valores que foram debitados e os valores que foram creditados nas contas contábeis, como por exemplo as contas do fluxo de caixa, havendo divergências na conciliação, o erro precisa ser encontrado e corrigido a tempo para que as contas possam ser conciliadas corretamente.

A conciliação contábil é feita para depois que todas as demais rotinas foram corrigidas, pois aqui consta os parâmetros que são feitos entre as contas e validação é feita depois que a contas já estão conferidas. Nas conciliações constam as contas contábeis incluídas no sistema e essa rotina é importante para verificar relatórios de vendas, adiantamentos, conciliação bancária e afins. Todo o

check list de maneira clara e sucinta estão interligados e fazem parte da análise de contas de uma empresa.

Padoveze (2016, pag. 227) enfatiza que as conciliações são utilizadas para melhorar a compreensão sobre o desempenho empresarial em áreas específicas organização, pois nesta análise existem elementos são importantes para entender os pontos e fracos e fortes nesse processo operacional.

4.6 Check List – Apuração de ICMS

A apuração de ICMS tem a finalidade de emitir um relatório que contém todas as notas de entrada e as notas de saída que foram emitidas dentro ou fora do estado em que a empresa está sediada. De forma geral esse cálculo é feito pelo sistema da empresa e soma-se os valores dos impostos das notas de saída e diminui pelo valor total dos impostos das notas de entrada.

Havendo um saldo maior nas entradas, o valor apurado entra como crédito para a empresa, que pode ser abatido nas apurações dos meses seguintes, caso seja maior os impostos das notas de saída, o valor é apurado como saldo devedor e deve ser pago para o estado com os demais impostos.

A rotina da Apuração de ICMS é um cálculo feito nas filiais da rede da empresa onde é auferido todos os débitos e créditos referentes ao imposto de ICMS, para que seja apurado o valor do imposto que deverá ser pago por filial. Para essa rotina existe um sistema específico para gerar as apurações onde nela será informado todas as notas fiscais com esse imposto e será calculado conforme a legislação exigida pelo estado em que a filial está sediada. Está rotina é a última a ser validada pois, as demais rotinas, principalmente as que envolvem análise das notas fiscais, porque precisam estar corretas para que não haja divergências no momento em que for conferir as apurações. Por isso é muito importante que as apurações estejam corretas para que não haja problemas internos na organização, mas também com o estado.

5. CONCLUSÃO

Para concluirmos este estudo sobre as análises de conta, o motivo deste trabalho e escolha do tema é demonstrar as vantagens que podem ser encontradas no processo da análise de contas em uma empresa do ramo comercial, haja vista

que um dos objetivos das análise é chegar a resultados precisos e claros sobre cada conta contábil. Aprendemos com esse estudo que a análise das contas contábeis é um ponto importante para toda a empresa que deseja ter um controle mais eficiente sobre seus resultados, balanço patrimonial e também nas tomadas de decisão da empresa, pois, com as contas analisadas e validadas e possível chegar a decisões mais específicas e corretas.

Este é o ponto positivo dessa análise, todavia para isso é preciso que a empresa invista em um sistema de qualidade que vai gerar as informações das contas com precisão e sem erros, caso gere as informações incorretas pode prejudicar o papel importante que está na análise de contas. A partir deste ponto podemos sugerir uma pesquisa também sobre a demonstração do resultado do exercício, a DRE, que é o relatório mais utilizado pelas empresas e que de forma direta trabalha com as contas contábeis e que gerar muito mais informações para os gestores e diretores das empresas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Aline, LAFFIN, Nathália Helena Fernandes – **Análise das demonstrações financeiras** – Porto Alegre: SAGAH, 2018. ISBN 978-85-9502-742-8

Carlos, GIL, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 6ª edição.** Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2017.

Flick, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa.** Disponível em: Minha Biblioteca, (3ª edição). Grupo A, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, FARIA, Ana Cristina, MARION, José Carlos, **Introdução à teoria da contabilidade: para graduação – 6. ed.** – São Paulo: Atlas, 2018, ISBN 978-85-970-1162-3

Marion, José C. **Introdução à contabilidade gerencial.** Disponível em: Minha Biblioteca, (3ª edição). Editora Saraiva, 2017.

Maria, LAKATOS, E. **Fundamentos de Metodologia Científica.** Disponível em: Minha Biblioteca, (9th edição). Grupo GEN, 2021.

MARTINS, Eliseu, MIRANDA, Gilberto José, DINIZ, Josedilton Alves, **Análise didática das demonstrações contábeis – 3. ed.** – São Paulo: Atlas, 2020, ISBN 978-85-97-02566-8

NASCIMENTO, Auster Moreira, REGINATO, Luciane, **Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional – 3. ed.,** São Paulo: Atlas, 2013, ISBN 978-85-224- 7490-5.

PADOVEZE, Clóvis Luís, **Controladoria básica - 3. ed.** revista e atualizada, São Paulo: Cengage Learning, 2016. ISBN 978-85-221-2517-3

RIBEIRO, Osni Moura, **Noções de demonstrações contábeis** – São Paulo: Érica, 2020, ISBN 978-85-365-3228-8.

**Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas EDUVALE/Jaciara-
MT - ISSN 1806-6283/ Vol. 4 Outubro/Novembro/Dezembro. Ano 2023.**

SILVA, Edson C. Da, **Como Administrar o Fluxo de Caixa das Empresas, 10ª edição.** Grupo GEN, 2018. ISBN 978-85-97-01552-2

ANÁLISE DAS ESPECIFICIDADES CONTÁBEIS NAS IGREJAS

Aline Luzia Felix¹

Luciana Aparecida Augusta de Oliveira²

Alexandre Mezari²

Francisco Eudes Gomes de Lima²

¹ Discente em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas ao Vale de São Lourenço – EDUVALE.

² Docente em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas ao Vale de São Lourenço – EDUVALE.

Email do autor correspondente:

RESUMO

O Terceiro Setor, surge em razão da carência de assistência social, educacional e cultural, por parte da sociedade, que não são atendidas pelo Estado. Delineado pela concepção de sustentabilidade, responsabilidade social, democracia e cidadania, na qual seus atos seguem o fundamento do altruísmo, da filantropia, da reciprocidade, dos costumes e tradições, religiosidade e cultural. O objetivo geral deste artigo é compreender a importância da avaliação de resultados de contabilidade, no Terceiro Setor, da necessidade da contabilidade e a obrigatoriedade dela para as igrejas, decorrente de um questionário aplicado às igrejas do município de Jaciara. A metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico utilizando a abordagem exploratória qualitativa através dos dados coletados por meio de questionários com o intuito de compreender a pesquisa através de um estudo de caso. Nos resultados foram discutidos os dados e como a igreja deve manter uma contabilidade planejada, estruturada e organizada consoante as normas contábeis em vigor. Conclui-se que as organizações do terceiro setor, principalmente as organizações religiosas, têm como características distintas dos outros setores, pois são mantidas por meio de recursos de terceiros e a não obtenção de lucros, dessa maneira a prestação de contas torna-se essencial, visto que mediante isso devem transparecer confiabilidade nos fiéis.

Palavra-chave: Terceiro setor, organizações religiosas, contabilidade no terceiro setor, contabilidade nas organizações religiosas.

1. INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor, para Rodrigues *et al.* (2016), surge em razão da carência de assistência social, educacional e cultural, por parte da sociedade, que por ventura não são atendidas pelo Estado (primeiro setor) ineficaz na sua obrigação de zelar ou pela iniciativa privada (segundo setor) mesmo que não seja obrigação desse setor.

Consoante a isso, para Ebsen *et al.* (2003), o patrimônio das igrejas, que é formado por bens, direitos e obrigações, sofre modificações no decorrer de períodos, portanto devem ser

registradas e acompanhadas pela contabilidade, que justifica, em suas demonstrações, a origem e a forma como são geridos e utilizados os recursos.

O artigo em questão, tem como intenção compreender a importância da avaliação de resultados de contabilidade, no Terceiro Setor, da necessidade da contabilidade e a obrigatoriedade dela para as igrejas, decorrente de um questionário aplicado às igrejas do município de Jaciara.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O terceiro setor

Para Mendes (1999), a década de 70 marca o aparecimento, para o Brasil, do nomeado Terceiro Setor, ocupando um espaço o qual o setor público não se fazia presente, e se fundamentava na realização de atividades sociais como na defesa dos direitos humanos, na proteção do meio ambiente, assistência à saúde, suporte a populações carentes, educação, cidadania, direitos da mulher, direitos indígenas, direitos do consumidor, direitos das crianças.

Como enfatizado por Paes (2013), esses organismos e organizações não substituem o Estado em sua incumbência de representante legal, procuram apenas subsidiar ações primárias fundamentando e fortalecendo suas características. Para Melo (2013), caracteriza-se Terceiro Setor de Privado, porém público. De acordo com CRC (2018), os recursos possuem origem da própria atividade, e também de doações, subvenções e financiamentos, públicos ou privados, e estes por meio da aplicação de tais valores inerentes destinado à manutenção do objetivo a qual foi instituída, de acordo com o estatuto. O superávit ao final de cada exercício não deve ser distribuído aos associados/membros, mas, sim, reinvestido nas suas atividades-fim, no país. (CRC Rio Grande Do Sul, 2018).

2.1.2 Definição de organização religiosa

Ames (2016), expressa que o termo religião, é dirigido a indivíduos se agrupam para prestar culto a um intuito comum, seguindo doutrinas, uso e costumes referentes com este propósito, e segundo Lott (2018), um membro ordenado mais conhecido como padre, pastor ou ministro religioso fica incumbido pelo cuidado pastoral do povo.

Em nosso território é crescente o número de organizações religiosas legalmente registradas, (IBGE, 2010). Com isso é imprescindível a ajuda de um profissional da área contábil, uma vez que acontece movimentação financeira este fato deve ser registrado e declarado com seus documentos adequados (SOUZA, 2013).

Como Oliveira; Romão (2011), afirmam ministros religiosos possuem a profissão equivalente ao autônomo, não constando vínculo empregatício.

No inciso 1º da Lei nº 10.825/03 expressa que “são livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, dessa forma é vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento” (BRASIL, 2003)

2.1.3 A igreja como pessoa jurídica de direito privado

O código civil brasileiro no artigo 44 da lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, expressa que são pessoas jurídicas de direito privado as associações, sociedades, fundações, partidos políticos, organizações religiosas e empresas individuais de responsabilidade limitada (BRASIL, 2002), mas de acordo com Vesco (2020), as igrejas podem se auto regulamentar, estabelecer sua estrutura interna e organização, desde que siga a estrutura jurídica imposta pelo Código Civil, visto que em casos de demanda judicial as entidades religiosas também respondem em juízo, em razão disso a contabilidade de igreja deve ser realizada para cumprir a legislação fiscal (SILVA, 2017).

2.2 Norma brasileira de contabilidade aplicada ao terceiro setor

De acordo com Gonsalves; Parrão 2017 às entidades do terceiro setor se aplicam as Norma Brasileira de Contabilidade 10.19.1.6 das Entidades sem Finalidade de Lucros, de onde se tem:

Para Gollo *et al.* (2014), de maneira geral, é aplicada a essas entidades os princípios fundamentais de contabilidade, assim como as NBC e suas interpretações técnicas, as demonstrações contábeis deve prezar pelo regime de competência, Princípio de Entidade e registro do valor original (CRC RS,2018). E então procurando padronizar e distinguir algumas contas sucede uma mudança nas nomenclaturas através da Lei 6.404/1976 (BRASIL,1976), Lucro ou Prejuízo Exercício x Superávit ou Déficit Exercício, Lucro ou Prejuízo Acumulado x Superávit ou Déficit Acumulado.

2.3 A contabilidade na igreja

Para se falar em contabilidade em igrejas, conforme Stephano;Buesa (2013), vale ressaltar que a contabilidade não muda, é a mesma, logo pode-se averiguar por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade (CFC, 2012).

A prestação de contas das igrejas, para Oliveira (2018);Ferreira (2018), é realizada de modo simples pelo Ministério da justiça, pelo Cadastro Nacional De Entidades Sociais (CNES), neste ato é obrigatório apresentação de relatório de atividades e demonstração de resultado do período FBC (2015).

2.4 Distinção entre imunidade e isenção

Conforme Gonsalves; Parrão (2017) deve se enfatizar, que as entidades do terceiro setor são incumbidas pelo bem estar social. Para então, o governo beneficiar de forma tributária esse grupo, permitindo a imunidade ou a isenção.

Ao Terceiro Setor destaca-se a lei complementar do Código Tributário Nacional (CTN,1966, art.9), que dispõe dos requisitos para enquadrar nas normas para isenção ou imunidade.

Artigo 150 constituição Federal é vedado:

VI - Instituir impostos sobre:[...] b) templos de qualquer culto;c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

No entanto, para a Escrituração Contábil Fiscal, é válida a partir do ano de 2015. Ainda que as igrejas sejam vistas pela legislação brasileira como entidades imunes à tributação do imposto de renda, isto não as isenta de demonstrar à Receita Federal suas movimentações.

2.5 Imunidade

Para Calado; Lobo (2017), as imunidades não possuem finalidade de prestigiar determinados entes, órgãos ou pessoas, e sim a natureza de proporcionar a defesa de determinadas concepções merecedoras desta tutela, isto é, não há regalia, mas sim a proteção de valores acordados como especiais para toda a sociedade. Mediante isso, o que é imune não poderá ser tributado, em razão de ser abrangido pela regra negativa de limitação ao poder de tributar.

2.6 Isenção

Cassone (2006), determina isenção como a dispensa legal do pagamento de determinado tributo, por via de regra atribuída em face do relevante interesse social ou econômico regional, setorial ou nacional.

Contudo, para Pereira *et al.* (2019), o que diferencia uma organização sem fim lucrativo como isenta ou imune é o fato de a isenção ser algo temporário, podendo existir delimitação de prazo, isto é, pode ser revogado, por sua vez a imunidade é permanente, alterada somente por lei. Mas de acordo com a Lei nº 9.532/97, têm-se em seu artigo 15.

2.7 Descumprimento dos requisitos

Conforme Santos (2017) aduz que, por essas instituições gozarem, na maioria das vezes, de imunidades e isenções, sofrem com maior rigidez do Fisco e do Ministério Público, bem como Oliveira, Rosa (2020) argumentam que, caso aconteça em determinado momento o descumprimento de quaisquer itens para enquadramento nas regras de isenção ou imunidade dos tributos os mesmos serão interrompidos e obrigatoriamente a organização deve realizar o recolhimento dos mesmo e repassar aos órgãos devidos.

3. METODOLOGIA

A metodologia ocorreu por meio de levantamento bibliográfico, método qualitativo, técnica, pesquisa de campo, e por intermédio disso foram consultados artigos de acesso livre, como Scielo, Science Direct, Google acadêmico. E também foram aplicados 11 questionários em igrejas distintas.

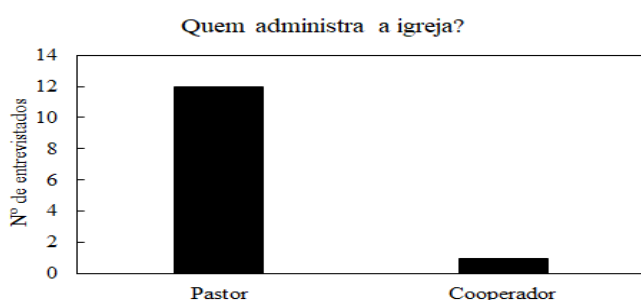
Mais relevante que a opção da abordagem metodológica, nas etapas de planejamento e execução da pesquisa, “os procedimentos devem ser expostos com acessibilidade, para que o leitor acompanhe virtualmente as fases do processo” (CANZONIERI, 2010, p.17). Estas ações geram confiança na profundidade das

informações apresentadas, e estas serão demonstradas através de gráficos simples de acordo com os dados quantificados no decorrer da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

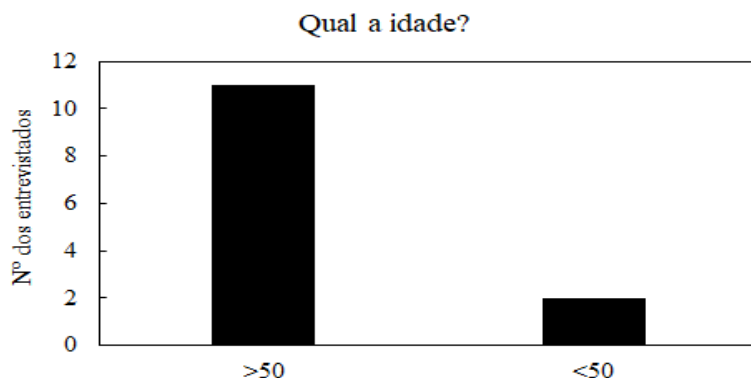
É possível afirmar, mediante análise das respostas dos responsáveis pela administração das igrejas entrevistadas que: em sua grande maioria toda renda da igreja provem de dízimos e ofertas, estes por sua vez é contabilizado e repassados para a manutenção da própria. Seguindo esta consoante é correto dizer que todo trabalho voltado a parte contábil é jurídico é de responsabilidade das igrejas Sede. Durante o levantamento de dados foram entrevistados 13 representantes legais ,na cidade de Jaciara através de questionário contendo 11 perguntas.

Diante da Figura 1 abaixo, têm-se o resultado da primeira pergunta do questionário e assim sucessivamente, e para questionar sobre quem administrava a igreja, a maioria deu-se por pastores, mais respectivamente 12 entrevistados e apenas 1 como cooperador.



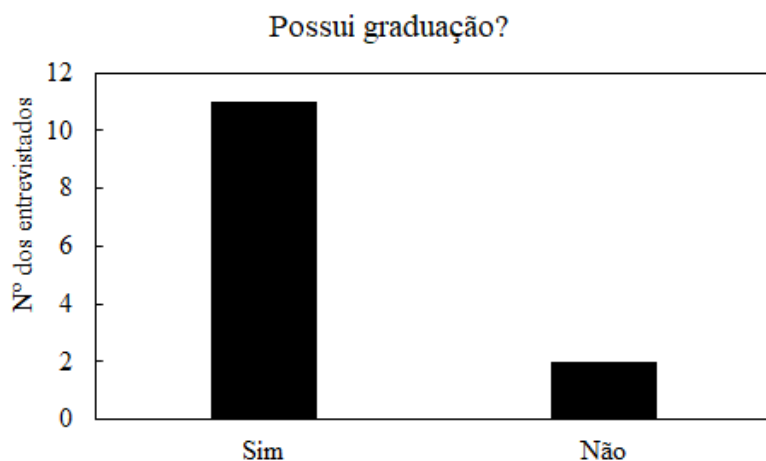
Fonte: Autora, 2021

Na Figura 2, aponta-se sobre a idade dos representantes das igrejas, e >50 obteve maior resposta com 11 dos entrevistados e apenas 2 com idade <50.



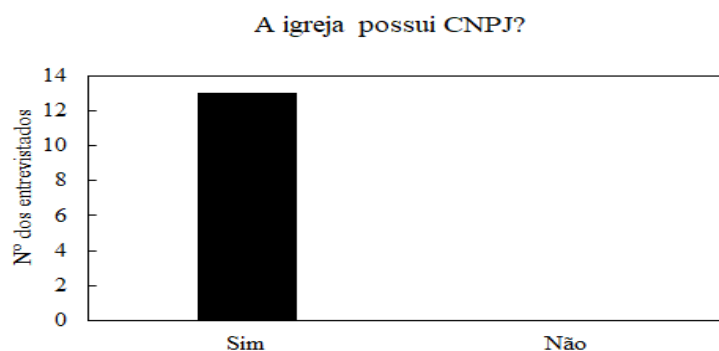
Fonte: Autora, 2021.

Na Figura 3, questiona-se sobre o grau de escolaridade desses representantes da igreja, de acordo com o resultado, 11 dos entrevistados possuíam graduação em teologia, enquanto 2 não possuíam.



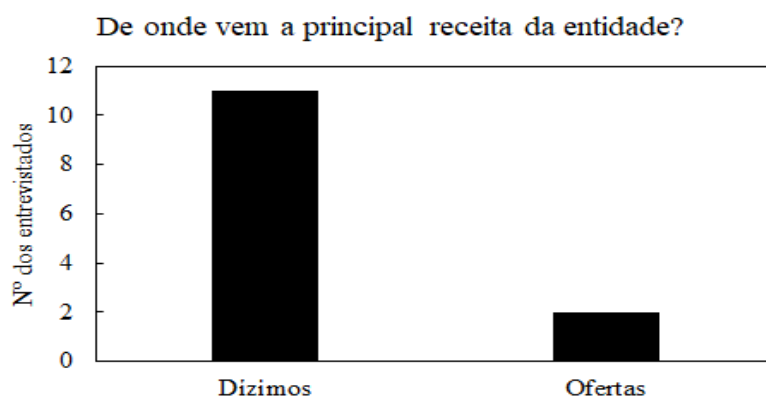
Fonte: Autora, 2021.

A Figura 4, remeteu a pergunta sobre quanto a igreja possuía CNPJ, e dos 13 entrevistados, todos disseram que sim. Nesse sentido, o principal requisito para as organizações religiosas, é a legalização como Pessoa Jurídica de Direito Privado, fornecendo assim, obrigações legais e fiscais aplicáveis às Pessoas Jurídicas (MONELLO, 2017a), e diante disso, essas organizações religiosas estão obrigadas a exigências legais, das quais são constituídas sob o manto confessional.

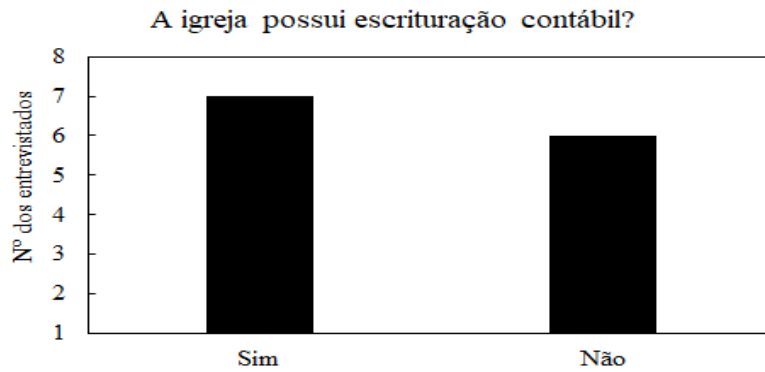


Fonte: Autora, 2021.

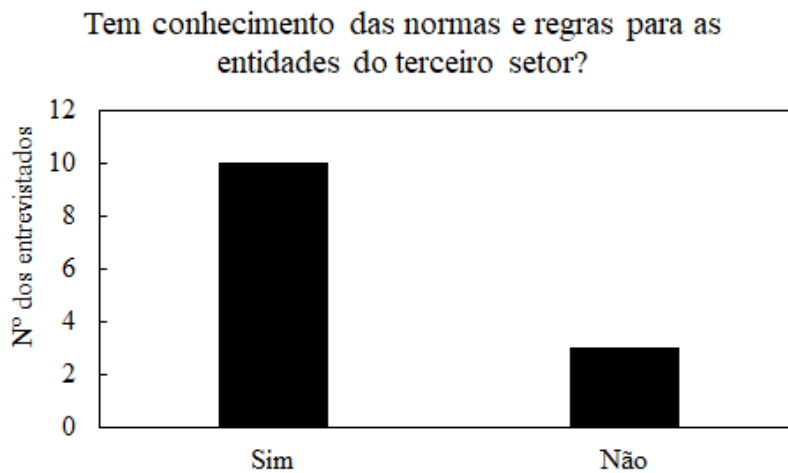
Na Figura 5, perguntou-se de onde vem a principal receita da entidade e 11 dos entrevistados responderam que de dízimos e 2 responderam que a partir de ofertas.



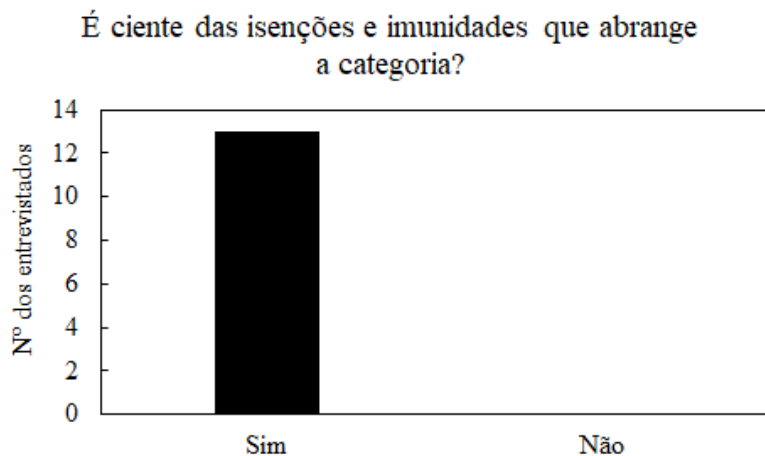
A Figura 8, expressa quanto a escrituração contábil se a igreja possui, 7 afirmam possuir enquanto 6 não possuem.



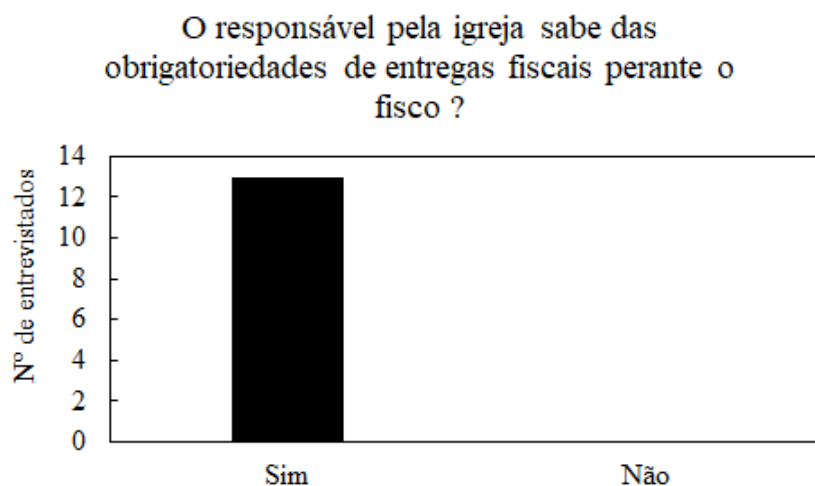
A Figura 9, expressa se a igreja possui conhecimento a respeito das normas e regras do 3º setor, e 10 possuem conhecimento enquanto 3 não sabem. Mediante a este fato de desconhecimento



A Figura 10, questionou se a igreja é ciente das isenções e imunidades que a categoria possui, 13 dos entrevistados disseram que sim, pois além das arrecadações a partir de doações dos fiéis e entidades privadas, a “doação” por parte da união, estados e municípios, fundamentada em algumas imunidades tributárias e até mesmo isenções, fazem parte da composição da máquina monetária que sustenta essas instituições.



E por último, na figura 11, questionou-se sobre as entregas fiscais perante o fisco, 13 dos entrevistados entendem a importância da responsabilidade da igreja mediante a essas obrigações fiscais, mostrando que apesar de uma grande parcela das organizações religiosas terem dívidas com a união, as igrejas questionadas possuem em seu corpo administrativo e eclesial, a sabedoria e entendimento da obrigação fiscal perante o fisco.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações do terceiro setor, principalmente as organizações religiosas, têm como características distintas dos outros setores, pois são mantidas por meio de recursos de terceiros e a não obtenção de lucros.

Em vista dos aspectos econômicos da igreja, devem conduzir dentro dos padrões éticos e seguindo a gestão contábil do modelo que a igreja constituir, e é a partir daí que a contabilidade atua tanto na prestação de contas, como também para fins de isenção de imposto de renda, controle de patrimônio e Demonstrações financeiras.

Esse artigo teve como finalidade compreender as igrejas através do estudo de caso nas mesmas e como parte do 3º setor e como esta deve alicerçar a transparência e o cumprimento das exigências legais, aplicada às organizações religiosas, e isso foi refletido através do artigo, a compreensão gradual destas perante a relevância da contabilidade nesse setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

AMES, J. L. Religião e política no pensamento de Maquiavel. *Kriterion: Revista de Filosofia*, v. 47, p. 51-72, 2006.

BRASIL. DECRETO Nº 6.306, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6306.htm. Acesso em: 08/10/2021.

BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 08/10/2021.

Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas EDUVALE/Jaciara-MT - ISSN 1806-6283/ Vol. 4 Outubro/Novembro/Dezembro. Ano 2023.

BRASIL. LEI Nº 12.101, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112101.htm. Acesso em: 08/10/2021.

BRASIL. LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994. Disponível em : < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18906.htm. Acessado em: 08/10/2021.

BRASIL. LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19532.htm. Acesso em: 08/10/2021.

CALADO, L. B.; LOBO, L. DE T. Templos religiosos e a imunidade tributária constitucional. Etic-encontro de iniciação científica-ISSN 21-76-8498, v. 13, n. 13, 2017.

CAMARGO. M. Fundamentos da ética geral e fundamental. 4. ed. revista e ampliada, São Paulo: Atlas S.A 2001.

CANZONIERI, A. M. Metodologia da Pesquisa Qualitativa na Saúde. Petrópolis: Vozes, 2010.

CASSONE, V. Direito Tributário: fundamentos constitucionais da tributação, definição de tributos e suas espécies, conceito e classificação dos impostos, doutrina, prática e jurisprudência. 17 ed. São Paulo: ATLAS, 2006.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: <https://cfc.org.br/>. Acesso em: 08/10/2021.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO TOCANTIS, 2018 Disponível em: https://crcto.org.br/administracao/files/files/Apostila_Terceiro_Sector_Sind_Contabilistas.pdf. Acesso em: 06/10/2021.

CRC DO RIO GRANDE DO SUL. Terceiro Setor Guia de orientação para o profissional da Contabilidade. 2018. disponível em: http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_3setor.pdf

DA SILVA, M. A. Administração eclesial: lideranças em atualização. Editora Dialética, 2020.

DA SILVA, P. K. F. *et al.* Práticas contábeis adotadas por entidades do terceiro setor: uma análise junto a templos religiosos de Pernambuco à luz da itg 2002. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 5, n. 3, p. 123-139, 2017.

DA SILVA, S. A. Entidades não governamentais sem fins lucrativos, 2008.

DAL VESCO, A. Fundamentos do terceiro setor:(entidades sem fins lucrativos), 2020.

DE CONTABILIDADE, Conselho Federal. Manual de contabilidade do sistema CFC/CRCs. 2009. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/1_manual_cont.pdf. Acesso em: 08/ 10/ 2021..

DE OLIVEIRA, D. D. *et al.* A contabilidade e a prestação de contas no terceiro setor: Estudo de Caso em uma Organização Religiosa Católica. Revista Transformar, v. 12, n. 1, p. 303-320, 2018.

DE OLIVEIRA, T. S. A.; ROSA, S. M. Análise da interpretação técnica geral 2002 (r1) –entidades sem finalidade de lucros e do impacto financeiro pelo descumprimento das obrigações acessórias aplicadas ao terceiro setor com ênfase em uma organização religiosa. Revista Eletrônica de Ciências Contábeis, v. 9, n. 2, p. 270-302, 2020.

DE SOUZA, S. P. O novo perfil do profissional de contabilidade na nova era. Revista científica semana acadêmica. Fortaleza, ano MMXII, n. 000017, 2013.

DOS SANTOS SARACENO, D.V. O papel do terceiro setor na questão do desenvolvimento regional e local, 2020.

FRANDOLING, A. C.; PAES, J. E. S. Remuneração dos dirigentes e a manutenção das imunidades e isenções tributárias no terceiro setor, 2019.

GOLLO, V.; SCHULZ, S. J.; DA ROSA, F. S. Evidenciação contábil em entidades brasileiras de terceiro setor: adequação às normas brasileiras de contabilidade. ConTexto, v. 14, n. 27, 2014.

Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas EDUVALE/Jaciara-MT - ISSN 1806-6283/ Vol. 4 Outubro/Novembro/Dezembro. Ano 2023.

GONSALVES, Giovanna Santos; PARRÃO, Juliene Aglio Oliveira. As instituições sem fins lucrativos e as obrigações contábeis acessórias: análise da contabilidade no terceiro setor a partir das igrejas católicas da região da alto sorocabana. *Etic-encontro de iniciação científica-issn 21-76-8498*, v. 13, n. 13, 2017.

IBGE. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/Pag_203_Religi%C3%A3o_Evang_miss%C3%A3o_Evang_pentecostal_Evang_nao%20determinada_Diversidade%20cultural.pdf>. Acessado em: 01/10/2021.

ICHIHARA, Y. *Imunidades Tributárias*. São Paulo: Atlas, 2000.

LAFFIN, M.; EBSEN, K.S. Terceiro Setor e Contabilidade: compilações de uma pesquisa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 1, n. 1, p. 11-28, 2004.

LOTT, F. Z. *O trabalho dos pastores de igrejas pentecostais não denominacionais*, 2018.

MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA O TERCEIRO SETOR: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social, Brasília: CFC : FBC : Profis, 2015.

MENDES, L. C.A. *Visitando o "terceiro setor"(ou parte dele)*, 1999.

OLIVEIRA, A. de; ROMÃO, V. *Manual do terceiro setor e instituições religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal*. São Paulo: Atlas, 2011

OLIVEIRA, D. L.S. de. *A percepção das empresas de serviços contábeis quanto aos aspectos tributários e contábeis de entidades do terceiro setor*, 2018.

OLIVEIRA, S. V. F. de. *Contribuição social sobre o lucro líquido: a tributação progressiva como alternativa para concretização do estado social*, 2019.

SANTOS, L. de A. *Terceiro Setor – Principais Obrigações Acessórias*, 2017. Disponível em: <<https://www.contabeis.com.br/artigos/3805/terceiro-setor-principaisobrigacoes-accessorias/>>. Acesso em: 08/10/2021.

SILVA, A. F. A.; BÔAS, R. V. V. *O estado estratégico e a participação social do terceiro setor*. *RFD-Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, n. 38, p. 185-205, 2020.

SILVA, E. B. da. *A Contabilidade como Instrumento de Gestão e Controle em uma Organização Religiosa do Terceiro Setor*. Programa de Pós-Graduação (Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Contabilidade). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SILVA, J. M. da. *Isonções e imunidades tributárias do terceiro setor: estudo da contribuição para o financiamento da seguridade social aplicada nas instituições de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação*, 2019.

SOARES, C. F. A.; SOUZA, L. B. W. *O terceiro setor as imunidades tributárias das instituições filantrópicas*, 2017.

SOUSA, F. F. de *et al*. *Manual de controle patrimonial: uma contribuição à divisão de patrimônio da Universidade Federal Da Paraíba a partir do novo plano de contas aplicado ao setor público*, 2017.

STEPHANO, J. Y. K.; BUESA, N. Y. *Contabilidade do terceiro setor: enfoque na contabilidade das igrejas de Cotia e Itapevi*. *Revista Eletrônica Gestão e Negócios*, v. 4, n. 1, p. 1-34, 2013.

GIMENES, É. R. *Transparência na Prestação de Contas por organizações do Terceiro Setor*. *Revista Urutaguá – acadêmica multidisciplinar*. DCS/UEM, v.4, n.1, p. 130-140, dez. 2014. Disponível em: <eduem.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/viewFile/6493/5220>. Acesso em: 05/10/2021.

MONELLO, S. R. *A Organização Religiosa, Seu Estatuto e Suas Obrigações Legais*. 2017a. Disponível em: <www.advocaciasergiomonello.com.br/.../59-a-organizacao-religiosa-seu-estatuto-eseu...> Acesso em: 06/10/2021.

